



RECOMENDAÇÃO GPGJ nº 04

DE 27 DE DEZEMBRO DE 2006.

Ver Resumo e Detalhes do Ato Normativo.

Recomenda aos membros do Ministério Público que fiscalizem as averbações da reserva florestal legal prevista no Código Florestal.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público zelar pela defesa e preservação do meio ambiente;

CONSIDERANDO que é atribuição da Instituição a fiscalização dos registros públicos;

CONSIDERANDO ser recorrente o descumprimento da obrigação de averbar a reserva florestal legal,

RECOMENDA aos membros do Ministério Público com atribuição em matéria registral que fiscalizem a obrigatória averbação da reserva florestal legal em toda escritura pública ou documento similar que implique transferência, subdivisão, desmembramento, unificação ou fusão de propriedade rural, bem como em formal de partilha, carta de adjudicação e cédulas de crédito rural;

RECOMENDA, ainda, que se faça levantamento junto aos Cartórios de Registro de Imóveis da existência de matrículas de imóveis rurais que não contenham a referida averbação, tomando-se as providências necessárias para que seja observada a determinação do Código Florestal, inclusive com remessa de peças aos órgãos de execução com atribuição em matéria ambiental, para celebração de termo de ajustamento de conduta, a fim de que seja garantida a recomposição ou conservação da área protegida, vedando-se a alteração de sua destinação, em caso de transmissão ou desmembramento, zelando sempre pela necessária regularização do registro.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2006.

Marfan Martins Vieira
Procurador-Geral de Justiça



Detalhes do Ato Normativo

[Voltar ao Título](#)

Espécie:	Recomendação
Origem:	GPGJ – Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Número:	04
Data:	27/12/2006
D.O.:	D.O.E.R.J. de 28/12/2006.
Publicação:	28/12/2006
Republicação:	
Vigência:	Sim
Alterações:	
Procedimento Administrativo:	
Área:	Área Finalística - Temas Jurídicos (Atividades Finalísticas Temáticas)
Tema:	Direito Civil Tutela Coletiva
Assunto:	Registros Públicos Direito Ambiental
Resumo:	A Recomendação indica aos membros com atribuição em matéria registral que fiscalizem a obrigatória averbação da reserva florestal legal em toda escritura pública ou documento similar que implique alterações na propriedade rural, efetuando, inclusive, levantamento junto aos Cartórios de Registro de Imóveis quanto a tal aspecto, para viabilizar a adoção das providências pelos órgãos de execução com atribuição em matéria ambiental.
Leitura Correlata: (pesquisar mais)	Código Florestal
Estruturas Correlatas: (ver organograma)	CAO Cível / CAO Meio Ambiente
Notas da Comissão de Consolidação dos Atos Normativos:	Esta versão do texto não substitui a publicada no DOe MPRJ.
Revisões:	-